

CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE PORTELA

CONTADOR

1º-7-2018

Esta prova consta de 30 (trinta) questões, assim distribuídas:

- Conhecimentos Específicos e Atribuições do Cargo..... 25 questões
- Legislação 5 questões

ATENÇÃO

1. Confira o total das questões. Qualquer irregularidade, comunique ao fiscal antes de iniciar a prova.
2. **O cartão contém duas partes:**
 1. **Uma é para assinalar as respostas**, devidamente desidentificada.
 2. **A outra com a identificação do candidato. Nesta parte**, confira seus dados (nº de inscrição, nome e cargo) e **assine no local indicado**.
3. As duas partes não podem ser destacadas uma da outra, as quais deverão ser entregues ao fiscal de sala.
4. Assinale apenas UMA resposta para cada questão objetiva.
5. Ao passar para o cartão-resposta, negrite a quadrícula na linha e coluna correspondentes à resposta correta. É vedada qualquer marca que não seja na quadrícula correspondente à resposta do candidato. Caso isso ocorra, o candidato estará automaticamente desclassificado.
6. A interpretação das questões é parte integrante da prova.
7. Questão rasurada será anulada.
8. A duração da prova é de 3h (três horas), incluindo o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

BOA PROVA!

Nº DE INSCRIÇÃO

NOME

C onhecimentos Específicos e Atribuições do Cargo

1. O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento que estabelece as diretrizes, os objetivos e metas da administração pública, para um período de 4 anos. Assim, são competências do PPA, EXCETO:
 - A.() Estabelecer as diretrizes, ou seja, as linhas gerais que desenham o Plano Plurianual.
 - B.() Estabelecer a política de aplicação das agências oficiais de fomento.
 - C.() Estabelecer as metas que representam, para cada um dos objetivos, as parcelas de resultado que se pretende alcançar no período de vigência do Plano Plurianual.
 - D.() Estabelecer a previsão de todas as receitas a serem arrecadadas no exercício financeiro.

2. Com relação à execução orçamentária, com base nos artigos 51 e 53 da Lei 4.320/64, a fase da receita que se caracteriza pela sua legalização e a sua respectiva inclusão no orçamento, efetuada pelos agentes arrecadadores que verificam a procedência do crédito e a natureza do contribuinte, é denominada de:
 - A.() Previsão.
 - B.() Lançamento.
 - C.() Arrecadação.
 - D.() Recolhimento.

3. O art. 165 da Constituição Federal de 1988 estabelece os três instrumentos de planejamento e orçamento das ações governamentais: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Em relação à Lei das Diretrizes Orçamentárias - LDO, as disposições constitucionais estabelecem que compete, EXCETO:
 - A.() Compreender as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
 - B.() Orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual.
 - C.() Organizar o orçamento em Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.
 - D.() Estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

4. O “Princípio Orçamentário” que estabelece que a lei orçamentária anual não deva conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei, é identificado como:
 - A.() Unidade.
 - B.() Exclusividade.
 - C.() Universalidade.
 - D.() Anualidade/Periodicidade.

5. Uma das classificações adotadas para os créditos adicionais corresponde corretamente à alternativa:
 - A.() Suplementares, quando destinados a reforço de dotação orçamentária.
 - B.() Extraordinários, quando destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
 - C.() Complementares, quando destinados a reforço de dotação orçamentária.
 - D.() Especiais, quando destinados a complemento de despesas para as quais haja dotação orçamentária específica.



6. Uma Prefeitura tem como planejamento construir uma unidade básica de saúde para uma determinada comunidade. Com base na Lei 4.320/64, as despesas relativas ao planejamento e à execução das obras, inclusive as destinadas à aquisição do imóvel, são classificadas como despesas:
- A. () Correntes: de custeio.
 - B. () Correntes: de pessoal.
 - C. () De Capital: investimentos.
 - D. () De Capital: inversões financeiras.
7. O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), segundo o STN, “visa colaborar com o processo de elaboração e execução do orçamento, além de contribuir para resgatar o objeto da contabilidade como ciência”, o qual corresponde de forma correta ao item da alternativa:
- A. () Bens.
 - B. () Direitos.
 - C. () Patrimônio.
 - D. () Obrigações.
8. Com base no art.19. da Lei Complementar Federal nº 101/2000, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração no município, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida em:
- A. () 60%.
 - B. () 70%.
 - C. () 80%.
 - D. () 90%.
9. A Lei nº 4.320/64, em seu artigo 11, classifica a receita orçamentária em duas categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital. Das opções abaixo, assinale a que é classificada como receita de capital.
- A. () Receita patrimonial.
 - B. () Receita agropecuária.
 - C. () Amortização de empréstimo.
 - D. () Receita de impostos, taxas e contribuições de melhoria.
10. Restos a Pagar são, conforme definição do art. 36 da Lei n. 4.320/64, "as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas". Desse modo, em relação aos Restos a Pagar, está INCORRETA a afirmação da alternativa:
- A. () Os restos a pagar processados são empenhos que cumpriram o estágio da liquidação, ou seja, o bem ou serviço correspondente já foi entregue, conferido e atestado pela Administração.
 - B. () Os restos a pagar não processados são empenhos emitidos em determinado exercício para os quais não se cumpriu o estágio da liquidação.
 - C. () Para os restos a pagar não processados, o prazo para o cumprimento da obrigação assumida pelo credor não necessariamente deve estar vigente, depende da análise da situação.
 - D. () A despesa deve se encontrar em processo de liquidação, mesmo que o prazo já esteja expirado, sendo de interesse da Administração exigir o cumprimento da obrigação.



11. Com relação à Contabilidade Societária, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () As Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 6.404/76 e Lei 11.638/2007 são: Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício; Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados; Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado.
- () A demonstração do resultado do exercício discriminará o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.
- () No Ativo, as contas serão dispostas em ordem crescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados.
- () A depreciação é a despesa com a perda de valor de bens do ativo, em função do desgaste pelo uso, ação da natureza ou por se tornarem obsoletos.

A sequência correta das letras, de cima para baixo, está na alternativa:

- A. () F, F, V, V.
- B. () V, V, F, F.
- C. () V, V, F, V.
- D. () F, V, V, F.

12. Se o Passivo Exigível de uma empresa é de R\$ 22.325,00 e o Patrimônio Líquido é de R\$ 12.550,00, o valor do seu Capital Próprio será de:

- A. () R\$ 34.875,00
- B. () R\$ 12.550,00
- C. () R\$ 9.775,00
- D. () R\$ 22.325,00

13. O Resultado Operacional Bruto de uma organização tem por objetivo mostrar a lucratividade de suas operações, sem considerar as despesas operacionais. Com relação à apuração do Resultado Operacional Bruto, com base nos dados abaixo, a alternativa que indica corretamente o seu valor é a:

Vendas de Mercadorias	R\$ 32.000
Abatimentos sobre Vendas	R\$ 4.000
Comissões de Vendas	R\$ 3.000
Custo das Mercadorias Vendidas	R\$ 11.000
Despesas Administrativas	R\$ 7.000
Impostos sobre vendas	R\$ 5.000

- A. () R\$ 12.000
- B. () R\$ 9.000
- C. () R\$ 8.000
- D. () R\$ 2.000

14. A Secretaria Municipal da Fazenda autorizou a contratação de uma empresa para prestação de serviços de higienização e limpeza no prédio onde está estabelecida, pelo valor mensal de R\$ 10.000,00, no período de 01.01.2018 a 31.12.2018, tendo o fato gerador da despesa do mês de junho de 2018 já ocorrido, porém ainda não liquidado. Assim, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), no momento da liquidação da despesa, o registro contábil no subsistema orçamentário debitará e creditará respectivamente as contas descritas de forma correta na alternativa:

- A. () Despesa Realizada e Fornecedores.
- B. () Despesa Empenhada e Empenhos a Pagar.
- C. () Crédito Empenhado em Liquidação e Crédito Empenhado Liquidado a Pagar.
- D. () Crédito Liquidado a Pagar e Crédito Liquidado.

15. A entrega de material de expediente por fornecedor para a Prefeitura Municipal no dia 02/06/X8, com a respectiva liquidação da despesa, porém com pagamento previsto para o dia 30/06/X8, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) gera o seguinte lançamento contábil:

- A.() D – Crédito Empenhado Liquidado
C – Crédito Empenhado em Liquidação
- B.() D – Estoques
C – Fornecedores
- C.() D – Estoques
C – Caixa e Equivalentes de Caixa
- D.() D – Estoques
C – Variação Patrimonial Diminutiva

16. Os estágios da despesa orçamentária pública, na forma prevista na Lei nº 4.320/1964, percorrem sequencialmente os itens descritos na alternativa:

- A.() Empenho, pagamento e liquidação.
- B.() Liquidação, empenho e fixação.
- C.() Pagamento, empenho e liquidação.
- D.() Empenho, liquidação e pagamento.

17. A execução orçamentária de uma entidade pública apresentou as seguintes informações em determinado exercício financeiro já encerrado:

Receita Orçamentária	Valor
prevista	R\$ 200,00
lançada	R\$ 170,00
executada/arrecadada	R\$ 155,00
Despesa Orçamentária	
fixada	R\$ 200,00
executada/empenhada	R\$ 135,00
paga	R\$ 140,00

Nessa situação, o resultado do balanço orçamentário apurado ao final do referido exercício apresentou-se de acordo com a descrição da alternativa:

- A.() Deficitário em R\$ 30.
- B.() Superavitário em R\$ 30.
- C.() Deficitário em R\$ 20.
- D.() Superavitário em R\$ 20.

18. Das afirmativas abaixo, assinale a única correta:

- A.() Receitas públicas que estejam por ato do poder público, vinculadas à realização de despesas correntes, são consideradas receitas de capital.
- B.() O superávit do orçamento corrente constitui item da classificação da receita orçamentária.
- C.() Os dividendos são exemplos de receitas correntes.
- D.() O recolhimento da receita pública é feito em estrita observância ao princípio da unidade financeira.



19. Segundo a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, é correto afirmar, EXCETO o que diz na alternativa:
- A.() Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.
 - B.() Não Circulante é o conjunto de bens e direitos realizáveis e obrigações exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis.
 - C.() Passivos são obrigações presentes da organização, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem saídas de recursos capazes de gerar sacrifícios potenciais para a entidade.
 - D.() Circulante é o conjunto de bens e direitos realizáveis e obrigações exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.
20. Baseado nas Demonstrações Contábeis aprovadas para o Setor Público (DCASP), aprovadas pelo Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a alternativa que identifica a demonstração contábil que evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e que indica o resultado patrimonial do exercício.
- A.() Balanço Financeiro
 - B.() Balanço Patrimonial
 - C.() Demonstração dos Fluxos de Caixa
 - D.() Demonstração das Variações Patrimoniais
21. Sob o aspecto orçamentário, no grupo de natureza da despesa, a aquisição por determinado órgão público, de um imóvel já em utilização por esse órgão, pelo valor de R\$ 320.000,00 e que será pago em 180 parcelas iguais, classifica-se como:
- A.() Reserva de Contingência
 - B.() Investimentos
 - C.() Inversões Financeiras
 - D.() Transferências Correntes
22. O Balanço Financeiro de determinado órgão público, ao final do exercício de 2017, apresentou os resultados descritos abaixo:

CONTAS	VALOR
Receitas Correntes	R\$ 240.000,00
Receitas de Capital	R\$ 260.000,00
Despesas Correntes	R\$ 126.000,00
Despesas de Capital	R\$ 85.300,00
Restos a Pagar Inscritos	R\$ 80.000,00
Restos a Pagar Pagos	R\$ 98.000,00
Saldo do exercício Anterior	R\$ 33.000,00

Com base nesses resultados, de acordo com a Lei nº 4.320/64, a receita extraorçamentária demonstrada apresenta o valor de:

- A.() R\$ 500.000,00
 - B.() R\$ 80.000,00
 - C.() R\$ 98.000,00
 - D.() R\$ 161.300,00
23. O Balanço Financeiro das entidades do setor público evidencia a movimentação financeira, destacando os itens abaixo, EXCETO o da alternativa:
- A.() As receitas e despesas orçamentárias e extraorçamentárias executadas.
 - B.() A previsão inicial de receita, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo.
 - C.() As transferências extraorçamentárias recebidas e concedidas.
 - D.() A receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas.



24. Sobre os critérios a serem seguidos pelas DCASP, em relação à Estrutura das NOTAS EXPLICATIVAS, analise as afirmativas a seguir:
- I. As notas explicativas devem ser apresentadas de forma sistemática. Cada quadro ou item a que uma nota explicativa se aplique deverá ter referência cruzada com a respectiva nota explicativa.
 - II. São exemplos de informações gerais: natureza jurídica e domicílio da entidade, natureza das operações e principais atividades da entidade e declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis.
 - III. O resumo das políticas contábeis significativas é representado por: bases de mensuração utilizadas, por exemplo, custo histórico, valor realizável líquido, valor justo ou valor recuperável; novas normas e políticas contábeis alteradas; e julgamentos pela aplicação das políticas contábeis.
 - IV. Uma mudança de método de avaliação e uma mudança na estimativa contábil e não uma mudança na política contábil; portanto, fica dispensada a evidenciação em notas explicativas.
- De acordo com as afirmativas acima, assinale a alternativa correta.
- A.() Somente a afirmativa II está incorreta.
 - B.() Somente as afirmativas II e IV estão corretas.
 - C.() Somente a afirmativa IV está incorreta.
 - D.() Todas as afirmativas estão incorretas.

25. O art. 7º da Lei nº 4.320/64, que estatui a Lei do Orçamento, dispõe que poderá conter autorização ao executivo para atender ao item descrito corretamente na alternativa:
- A.() Abrir créditos suplementares até determinado montante, obedecidas as disposições do artigo 43.
 - B.() Realizar operações de crédito por antecipação de receita para atendimento a eventuais insuficiências de caixa.
 - C.() Em casos de déficit, a Lei indicará as fontes de recursos que o Poder Executivo fica autorizado a utilizar para atender a sua cobertura.
 - D.() Permite aos municípios, no último mês do mandato do Prefeito, empenhar mais do que o duodécimo da despesa prevista no orçamento vigente.

Legislação

26. A Lei Orgânica do Município de Tenente Portela, em seu capítulo III, dispõe sobre a administração pública. Sobre essa temática, considere as seguintes afirmações:
- I. Os cargos, empregos e funções públicas municipais são acessíveis aos brasileiros e estrangeiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei.
 - II. O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
 - III. As obras, serviços, compras e alienações serão contratadas mediante processo de licitação pública, nos termos da lei.
- Está (ão) correta (s):
- A.() Somente a afirmativa I.
 - B.() Somente as afirmativas I e II.
 - C.() Somente as afirmativas I e III.
 - D.() Todas as afirmativas estão corretas.



27. Assinale a alternativa incorreta sobre os bens do Município, segundo a Lei Orgânica de Tenente Portela.
- A.() A aquisição ou alterações de bens imóveis, por compra, permuta, ou venda, dependerá de prévia autorização da Câmara de Vereadores.
 - B.() A administração dos bens municipais é de competência do Prefeito, abrangendo, também, os utilizados na Câmara de Vereadores.
 - C.() As doações com encargos ao município dependerão de prévia autorização da Câmara de Vereadores.
 - D.() Os veículos oficiais e maquinário público devem estar acompanhados por planilha de uso diário, detalhando os serviços a executar.
28. Assinale a alternativa que completa corretamente o disposto a seguir:
O artigo 119 do “Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos”, do Município de Tenente Portela, garante aos servidores o direito de petição. Assim, é assegurado ao servidor, o direito de requerer, pedir reconsideração, recorrer e representar em defesa de direito ou interesse legítimo. Os pleitos serão dirigidos ao Prefeito Municipal e terão decisão final no prazo de:
- A.() dez dias.
 - B.() vinte dias.
 - C.() trinta dias.
 - D.() quarenta dias.
29. Segundo o artigo dois, da Lei Orgânica, é vedado ao município de Tenente Portela.
- I. Criar distinções entre brasileiros ou preferência entre si.
 - II. Estabelecer cultos religiosos ou igrejas às custas do erário municipal.
 - III. Adquirir ou efetuar qualquer compra sem o devido processo licitatório, nos termos da lei.
- Está (estão) certo(s):
- A.() Somente os itens I e II.
 - B.() Somente os itens I e III.
 - C.() Somente os itens II e III.
 - D.() Os itens, I, II e III.
30. O Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Tenente Portela expressa, em seu artigo 126, os deveres do servidor. Assim, são elencados os seguintes deveres, com exceção da alternativa:
- A.() Manter o espírito de cooperação e solidariedade com os colegas de trabalho.
 - B.() Guardar sigilo sobre assuntos da repartição.
 - C.() Cumprir as ordens superiores, mesmo quando manifestamente ilegais.
 - D.() Manter conduta compatível com a moralidade administrativa.